



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE APOIO À GESTÃO REGIONAL 1
Avenida Tapajós, nº 2449, - Bairro Laguinho - Santarém - CEP 68.041-148
Telefone: (93) 3523-9757

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preço para futura e eventual aquisição de mobiliários, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, materiais de campo, ferramentas manuais e outros bens permanentes a fim de atender às demandas das unidades descentralizadas do ICMBio vinculadas à Gerência Regional 1 - Norte, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	1	Armário alto para escritório – em aço	607103	Unitário	122	R\$ 1.136,74	R\$ 138.682,28
	2	Armário roupeiro em aço – 6 compartimentos	458068	Unitário	62	R\$ 2.113,19	R\$ 131.017,78
	3	Armário roupeiro em aço – 20 compartimentos	429354	Unitário	31	R\$ 3.373,26	R\$ 104.571,06
	4	Arquivo de aço	475764	Unitário	12	R\$ 1.471,80	R\$ 17.661,60
	5	Estante de aço reforçada	255305	Unitário	82	R\$ 781,12	R\$ 64.051,84
SUBTOTAL GRUPO 1							R\$ 455.984,56
2	6	Armário para arquivos para pasta suspensa em MDP	299485	Unitário	15	R\$ 1.301,91	R\$ 19.528,65
	7	Armário baixo multiuso – com rodas	458114	Unitário	51	R\$ 818,12	R\$ 41.724,12
	8	Estante vertical alta para escritório sem portas	255305	Unitário	60	R\$ 1.598,33	R\$ 95.899,80
SUBTOTAL GRUPO 2							R\$ 157.152,57
3	9	Mesa retangular com gaveteiro 1600x600x750 mm	618377	Unitário	176	R\$ 2.051,01	R\$ 360.977,76
	10	Mesa retangular sem gaveteiro 1600x600x750 mm	618377	Unitário	18	R\$ 1.621,23	R\$ 29.182,14
	11	Mesa retangular sem gaveteiro 1400x600x750 mm	618377	Unitário	43	R\$ 1.428,68	R\$ 61.433,24

	12	Mesa retangular sem gaveteiro 1200x600x750 mm	618377	Unitário	3	R\$ 1.376,60	R\$ 4.129,80
	13	Mesa de reunião semi oval 12 lugares	603760	Unitário	9	R\$ 3.004,67	R\$ 27.042,03
	14	Mesa de reunião semi oval 2700x900x740 mm	603760	Unitário	14	R\$ 2.780,00	R\$ 38.920,00
	15	Estação de trabalho – 4 lugares	603017	Unitário	44	R\$ 4.869,89	R\$ 214.275,16
	16	Mesa retangular para refeitório	481263	Unitário	54	R\$ 2.028,00	R\$ 109.512,00
SUBTOTAL GRUPO 3							R\$ 845.472,13
4	17	Poltrona para auditório – comum	613469	Unitário	122	R\$ 1.364,07	R\$ 166.416,54
	18	Poltrona para auditório – pessoa obesa	613469	Unitário	20	R\$ 3.233,37	R\$ 64.667,40
SUBTOTAL GRUPO 4							R\$ 231.083,94
5	19	Sofá 1 lugar	608715	Unitário	90	R\$ 2.250,00	R\$ 202.500,00
	20	Sofá 2 lugares	486112	Unitário	88	R\$ 3.064,67	R\$ 269.690,96
SUBTOTAL GRUPO 5							R\$ 472.190,96
6	21	Cadeira longarina 3 lugares	478450	Unitário	99	R\$ 2.040,32	R\$ 201.991,68
	22	Cadeira acolchoada empilhável	485267	Unitário	322	R\$ 904,91	R\$ 291.381,02
	23	Cadeira fixa para refeitório	618997	Unitário	287	R\$ 642,67	R\$ 184.446,29
SUBTOTAL GRUPO 6							R\$ 677.818,99
7	24	Mesa plástica	612081	Unitário	266	R\$ 280,36	R\$ 74.575,76
	25	Cadeira plástica	461919	Unitário	978	R\$ 106,83	R\$ 104.479,74
SUBTOTAL GRUPO 7							R\$ 179.055,50
8	26	Webcam 4K	480444	Unitário	378	R\$ 579,51	R\$ 219.054,78
	27	Nobreak	413585	Unitário	376	R\$ 4.731,25	R\$ 1.778.950,00
	28	SSD externo 1 TB	627099	Unitário	260	R\$ 1.023,73	R\$ 266.169,80
	29	SSD externo 4 TB	610791	Unitário	151	R\$ 2.941,97	R\$ 444.237,47
SUBTOTAL GRUPO 8							R\$ 2.708.412,05
9	30	Caixa de som para auditório	475606	Unitário	50	R\$ 1.629,74	R\$ 81.487,00
	31	Caixa de som portátil	601777	Unitário	66	R\$ 2.073,41	R\$ 136.845,06
	32	Fone de ouvido – headset	621479	Unitário	490	R\$ 324,63	R\$ 159.068,70
	33	Microfone sem fio	612281	Unitário	172	R\$ 3.672,09	R\$ 631.599,48
	34	Microfone com fio	368179	Unitário	76	R\$ 803,97	R\$ 61.101,72
	35	Pedestal para microfone	456779	Unitário	51	R\$ 335,61	R\$ 17.116,11
SUBTOTAL GRUPO 9							R\$ 1.087.218,07
10	36	Projektor multimídia	626910	Unitário	72	R\$ 5.462,00	R\$ 393.264,00
	37	Tela de projeção com tripé retrátil	475690	Unitário	45	R\$ 774,56	R\$ 34.855,20
	38	Tela de projeção elétrica retrátil – 110 V	607314	Unitário	49	R\$ 1.435,57	R\$ 70.342,93
	39	Tela de projeção elétrica retrátil – 220 V	607314	Unitário	2	R\$ 1.435,57	R\$ 2.871,14
SUBTOTAL GRUPO 10							R\$ 501.333,27
11	40	Televisor Smart com tela de LED 4K de 55" – 110 V	412006	Unitário	18	R\$ 3.013,74	R\$ 54.247,32
	41	Televisor Smart com tela de LED 4K de 55" – 220 V	412006	Unitário	4	R\$ 3.013,74	R\$ 12.054,96
	42	Televisor Smart com tela de LED 4K de 43" – 110 V	479242	Unitário	11	R\$ 2.082,30	R\$ 22.905,30
SUBTOTAL GRUPO 11							R\$ 89.207,58
12	43	Ar condicionado 9.000 BTUs	611339	Unitário	15	R\$ 2.837,02	R\$ 42.555,30

	44	Ar condicionado 12.000 BTUs	458218	Unitário	97	R\$ 3.409,67	R\$ 330.737,99
	45	Ar condicionado 18.000 BTUs	618527	Unitário	22	R\$ 4.100,25	R\$ 90.205,50
	46	Ar condicionado 24.000 BTUs	619109	Unitário	69	R\$ 5.996,33	R\$ 413.746,77
	47	Ar condicionado 30.000 BTUs	355750	Unitário	11	R\$ 8.870,72	R\$ 97.577,92
	48	Ar condicionado 36.000 BTUs	621107	Unitário	1	R\$ 10.623,10	R\$ 10.623,10
	49	Ar condicionado 60.000 BTUs	621104	Unitário	1	R\$ 14.758,00	R\$ 14.758,00
SUBTOTAL GRUPO 12							R\$ 1.000.204,58
13	50	Fogão a gás 04 bocas - Bivolt	268593	Unitário	19	R\$ 1.402,24	R\$ 26.642,56
	51	Fogão a gás 05 bocas – 110 V	482244	Unitário	55	R\$ 2.060,26	R\$ 113.314,30
	52	Fogão a gás 05 bocas – 220 V	482244	Unitário	3	R\$ 2.060,26	R\$ 6.180,78
	53	Fogão industrial (com forno)	620330	Unitário	77	R\$ 3.674,88	R\$ 282.965,76
SUBTOTAL GRUPO 13							R\$ 429.103,40
14	54	Jogo de painelas	617399	Unitário	106	R\$ 341,37	R\$ 36.185,22
	55	Jogo de painelas – industrial	617399	Unitário	100	R\$ 812,46	R\$ 81.246,00
SUBTOTAL GRUPO 14							R\$ 117.431,22
15	56	Cafeteira elétrica – 110 V	619776	Unitário	75	R\$ 283,57	R\$ 21.267,75
	57	Cafeteira elétrica – 220 V	619776	Unitário	9	R\$ 283,57	R\$ 2.552,13
	58	Liquidificador industrial – 110 V	620300	Unitário	94	R\$ 996,53	R\$ 93.673,82
	59	Liquidificador industrial – 220 V	620300	Unitário	3	R\$ 996,53	R\$ 2.989,59
	60	Sanduicheira – 110 V	601739	Unitário	86	R\$ 265,80	R\$ 22.858,80
	61	Sanduicheira – 220 V	601739	Unitário	8	R\$ 265,80	R\$ 2.126,40
	62	Espremedor de frutas industrial – 110 V	620324	Unitário	40	R\$ 686,73	R\$ 27.469,20
	63	Espremedor de frutas industrial – 220 V	620324	Unitário	4	R\$ 686,73	R\$ 2.746,92
SUBTOTAL GRUPO 15							R\$ 175.684,61
16	64	Garrafão térmico 5 litros	364644	Unitário	301	R\$ 119,94	R\$ 36.101,94
	65	Garrafão térmico 12 litros	429430	Unitário	181	R\$ 284,67	R\$ 51.525,27
	66	Caixa térmica 45 litros	457116	Unitário	167	R\$ 442,95	R\$ 73.972,65
SUBTOTAL GRUPO 16							R\$ 161.599,86
17	67	Refrigerador residencial – 127 V	253537	Unitário	64	R\$ 4.497,44	R\$ 287.836,16
	68	Refrigerador residencial – 220 V	253537	Unitário	6	R\$ 4.497,44	R\$ 26.984,64
	69	Freezer horizontal 400 litros – 110 V	609362	Unitário	54	R\$ 4.241,55	R\$ 229.043,70
	70	Freezer horizontal 400 litros – 220 V	609362	Unitário	1	R\$ 4.241,55	R\$ 4.241,55
	71	Freezer horizontal 530 litros	272877	Unitário	20	R\$ 4.499,75	R\$ 89.995,00
	72	Freezer vertical 230 litros – 110 V	608937	Unitário	9	R\$ 4.120,66	R\$ 37.085,94
	73	Freezer vertical 230 litros – 220 V	608937	Unitário	3	R\$ 4.120,66	R\$ 12.361,98
SUBTOTAL GRUPO 17							R\$ 687.548,97
18	74	Bebedouro de água tipo coluna – 110 V	402920	Unitário	117	R\$ 1.348,59	R\$ 157.785,03
	75	Bebedouro de água tipo coluna – 220 V	402920	Unitário	8	R\$ 1.348,59	R\$ 10.788,72
	76	Bebedouro purificador industrial – 110 V	311387	Unitário	5	R\$ 3.071,86	R\$ 15.359,30
	77	Bebedouro purificador industrial – 220 V	311387	Unitário	1	R\$ 3.071,86	R\$ 3.071,86
SUBTOTAL GRUPO 18							R\$ 187.004,91

19	78	Lavadora de roupas 15 kg – 110 V	445414	Unitário	60	R\$ 2.326,98	R\$ 139.618,80
	79	Lavadora de roupas 15 kg – 220 V	445414	Unitário	6	R\$ 2.326,98	R\$ 13.961,88
SUBTOTAL GRUPO 19							R\$ 153.580,68
20	80	Travesseiro	607597	Unitário	608	R\$ 124,72	R\$ 75.829,76
	81	Toalha de banho	459486	Unitário	483	R\$ 100,50	R\$ 48.541,50
	82	Jogo de lençol solteiro	612541	Unitário	613	R\$ 114,86	R\$ 70.409,18
SUBTOTAL GRUPO 20							R\$ 194.780,44
21	83	Macaco hidráulico tipo jacaré	622868	Unitário	88	R\$ 1.882,00	R\$ 165.616,00
	84	Morsa torno de bancada nº 8	262837	Unitário	43	R\$ 536,66	R\$ 23.076,38
	85	Tesoura corta corrente e vergalhão 18"	472843	Unitário	90	R\$ 213,63	R\$ 19.226,70
	86	Martelo	466175	Unitário	185	R\$ 72,94	R\$ 13.493,90
	87	Alicate universal	603840	Unitário	192	R\$ 57,19	R\$ 10.980,48
	88	Maleta de ferramentas	604418	Unitário	160	R\$ 939,82	R\$ 150.371,20
	89	Conjunto de brocas e pontas	486037	Unitário	119	R\$ 321,11	R\$ 38.212,09
	90	Carregador de bateria	620781	Unitário	115	R\$ 2.304,55	R\$ 265.023,25
SUBTOTAL GRUPO 21							R\$ 686.000,00
22	91	Moto esmeril profissional	607096	Unitário	72	R\$ 911,05	R\$ 65.595,60
	92	Esmerilhadeira angular 7" – 2400 W	605883	Unitário	33	R\$ 1.360,62	R\$ 44.900,46
	93	Furadeira de bancada	607100	Unitário	27	R\$ 1.172,78	R\$ 31.665,06
	94	Furadeira – 110 V	613831	Unitário	103	R\$ 1.103,45	R\$ 113.655,35
	95	Furadeira – 220 V	613831	Unitário	9	R\$ 1.103,45	R\$ 9.931,05
	96	Parafusadeira – 110 V	624005	Unitário	106	R\$ 992,92	R\$ 105.249,52
	97	Parafusadeira – 220 V	624005	Unitário	9	R\$ 992,92	R\$ 8.936,28
	98	Serra circular manual – 110 V	481436	Unitário	71	R\$ 1.119,27	R\$ 79.468,17
	99	Serra circular manual – 220 V	481436	Unitário	3	R\$ 1.119,27	R\$ 3.357,81
SUBTOTAL GRUPO 22							R\$ 462.759,30
23	100	Aspirador de pó e líquido – 110 V	344887	Unitário	76	R\$ 1.725,73	R\$ 131.155,48
	101	Aspirador de pó e líquido – 220 V	344887	Unitário	7	R\$ 1.725,73	R\$ 12.080,11
	102	Lavadora de alta pressão – 110 V	460709	Unitário	84	R\$ 2.414,19	R\$ 202.791,96
	103	Lavadora de alta pressão – 220 V	460709	Unitário	4	R\$ 2.414,19	R\$ 9.656,76
SUBTOTAL GRUPO 23							R\$ 355.684,31
24	104	Bomba para abastecimento para diesel com reservatório 1.000 L	613144	Unitário	37	R\$ 4.940,45	R\$ 182.796,65
	105	Bomba para abastecimento para gasolina com reservatório 1.000 L	613144	Unitário	32	R\$ 4.940,45	R\$ 158.094,40
	106	Motobomba	620658	Unitário	93	R\$ 4.820,55	R\$ 448.311,15
	107	Bomba de sucção manual	470999	Unitário	193	R\$ 120,00	R\$ 23.160,00
SUBTOTAL GRUPO 24							R\$ 812.362,20
25	108	Gerador de energia a gasolina (bivolt)	481448	Unitário	65	R\$ 6.786,95	R\$ 441.151,75
	109	Gerador de energia a diesel (bivolt)	460073	Unitário	49	R\$ 7.238,25	R\$ 354.674,25
SUBTOTAL GRUPO 25							R\$ 795.826,00
26	110	Motoserra tipo 1	447121	Unitário	61	R\$ 1.126,34	R\$ 68.706,74
	111	Motoserra tipo 2	627523	Unitário	67	R\$ 3.847,76	R\$ 257.799,92

	112	Motosserra tipo 3	468601	Unitário	100	R\$ 4.675,80	R\$ 467.580,00
	113	Motosserra tipo 4	468601	Unitário	59	R\$ 4.780,96	R\$ 282.076,64
	114	Rebitador de corrente de motosserra	609186	Unitário	73	R\$ 536,95	R\$ 39.197,35
	115	Rompedor de corrente de motosserra	609186	Unitário	52	R\$ 500,54	R\$ 26.028,08
SUBTOTAL GRUPO 26							R\$ 1.141.388,73
27	116	Roçadeira	486257	Unitário	154	R\$ 4.509,28	R\$ 694.429,12
	117	Podador	484395	Unitário	76	R\$ 3.786,61	R\$ 287.782,36
	118	Soprador	449910	Unitário	176	R\$ 4.840,96	R\$ 852.008,96
SUBTOTAL GRUPO 27							R\$ 1.834.220,44
28	119	Foice com bico fechado (Roçadeira)	246959	Unitário	206	R\$ 79,83	R\$ 16.444,98
	120	Enxada	329421	Unitário	189	R\$ 91,75	R\$ 17.340,75
	121	Enxada	452370	Unitário	282	R\$ 78,93	R\$ 22.258,26
	122	Gorgui	622877	Unitário	95	R\$ 777,84	R\$ 73.894,80
	123	Pulaski	625622	Unitário	168	R\$ 764,09	R\$ 128.367,12
	124	McLeod	625622	Unitário	161	R\$ 764,09	R\$ 123.018,49
	125	Machado	254463	Unitário	176	R\$ 428,63	R\$ 75.438,88
	126	Pá de corte	483247	Unitário	161	R\$ 112,00	R\$ 18.032,00
	127	Serrote	297295	Unitário	137	R\$ 129,67	R\$ 17.764,79
	128	Vassoura metálica	417310	Unitário	189	R\$ 200,00	R\$ 37.800,00
SUBTOTAL GRUPO 28							R\$ 530.360,07
29	129	Bomba costal	457420	Unitário	306	R\$ 465,82	R\$ 142.540,92
	130	Abafador	614015	Unitário	339	R\$ 264,61	R\$ 89.702,79
	131	Mochila flexível anti-incêndio	486255	Unitário	413	R\$ 1.190,36	R\$ 491.618,68
	132	Kit de proteção para roçador	296949	Unitário	232	R\$ 383,33	R\$ 88.932,56
SUBTOTAL GRUPO 29							R\$ 812.794,95
30	133	Escada doméstica	402404	Unitário	91	R\$ 309,32	R\$ 28.148,12
	134	Escada articulada	255804	Unitário	91	R\$ 1.154,86	R\$ 105.092,26
SUBTOTAL GRUPO 30							R\$ 133.240,38
31	135	Caixa d'água 1.000 L	616045	Unitário	42	R\$ 700,41	R\$ 29.417,22
	136	Caixa d'água 2.000 L	441754	Unitário	39	R\$ 1.289,53	R\$ 50.291,67
SUBTOTAL GRUPO 31							R\$ 79.708,89
32	137	Corda trançada polipropileno 12 mm x 140 m	451980	Unitário	290	R\$ 541,67	R\$ 157.084,30
	138	Corda trançada polipropileno 8 mm x 258 m	451980	Unitário	284	R\$ 541,67	R\$ 153.834,28
	139	Cinta de catraca	451568	Unitário	312	R\$ 284,40	R\$ 88.732,80
SUBTOTAL GRUPO 32							R\$ 399.651,38
33	140	Lanterna holofote	601389	Unitário	232	R\$ 203,87	R\$ 47.297,84
	141	Lanterna tática	480046	Unitário	546	R\$ 239,12	R\$ 130.559,52
	142	Lanterna de cabeça USB	607427	Unitário	511	R\$ 213,78	R\$ 109.241,58
SUBTOTAL GRUPO 33							R\$ 287.098,94
34	143	Tenda piramidal 5x5 m	612489	Unitário	106	R\$ 3.193,42	R\$ 338.502,52
	144	Barraca de campanha modular	612489	Unitário	126	R\$ 24.389,75	R\$ 3.073.108,50

SUBTOTAL GRUPO 34							R\$ 3.411.611,02
35	145	Cama dobrável camping	476900	Unitário	396	R\$ 572,20	R\$ 226.591,20
	146	Mochila Estanque	486647	Unitário	604	R\$ 623,82	R\$ 376.787,28
SUBTOTAL GRUPO 35							R\$ 603.378,48
*	147	Mesa para cozinha em madeira maciça com 8 cadeiras	296859	Unitário	47	R\$ 2.799,67	R\$ 131.584,49
*	148	Ventilador de parede (bivolt)	612241	Unitário	150	R\$ 433,35	R\$ 65.002,50
*	149	Descanso de pé	614610	Unitário	417	R\$ 180,18	R\$ 75.135,06
*	150	Scanner	394558	Unitário	63	R\$ 2.265,89	R\$ 142.751,07
*	151	Cofre eletrônico tipo armário digital	478190	Unitário	57	R\$ 4.995,00	R\$ 284.715,00
*	152	Kit de primeiros socorros	601573	Unitário	311	R\$ 460,37	R\$ 143.175,07
*	153	Aeronave remotamente pilotada (drone)	482665	Unitário	100	R\$ 45.317,00	R\$ 4.531.700,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO							R\$ 28.232.016,57

- 1.2.
- Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3.
- O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4.
- O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5.
- O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6.
- As especificações detalhadas dos itens encontram-se no Anexo II do Edital - Caderno de Especificações Técnicas.

DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1.7.
- A licitação em tela será mediante Sistema de Registro de Preços (SRP) conforme estabelecidos nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, na forma do art. 22 do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023.

DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

- 1.8.
- O órgão contratante será o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), UASG 443043.
- 1.8.1.
- Não será permitida** a participação de outros órgãos no certame, em razão da ausência de estrutura administrativa adequada para o gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como da necessidade de realização e conclusão célere do presente procedimento licitatório. A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) poderia ensejar a adesão de outros órgãos da Administração Pública, o que implicaria a assunção, por esta instituição, da condição de órgão gerenciador.

DA ADESÃO DE ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO

- 1.9.
- Será permitida**, exclusivamente, a adesão por outras **unidades gestoras do ICMBio e pelo Fundo de Compensação Ambiental (FCA)**, na condição de órgãos não participantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.
- A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2.
- O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I - ID PCA no PNCP: 08829974000194-0-000002/2026;
- II - Data de publicação no PNCP: 30/04/2025;
- III - Id do item no PCA: 255;
- IV - Classe/Grupo: 7195;
- V - Identificador da Futura Contratação: 443043-41/2026.

2.3. O Registro de Preços para a possível aquisição está alinhado ao Planejamento Estratégico 2025-2027, instituído pela Portaria ICMBio nº 1.164, de 1º de abril de 2025.

Art. 1º Esta Portaria institui o Planejamento Estratégico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio para o período 2025-2027.

(...)

Art. 4º São resultados e objetivos estratégicos almejados pelo ICMBio em seu Planejamento Estratégico para o período 2025-2027:

(...)

IV - objetivos estratégicos na perspectiva dos processos gerenciais e de suporte:

a) ampliar e modernizar a infraestrutura nas Unidades de Conservação;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Para os produtos fabricados em madeira maciça, MDF ou MDP: certificado de procedência que comprove a utilização de madeira legal e proveniente de manejo sustentável da exploração florestal (FSC, Cerflor, Rótulo Ecológico da ABNT, Certificação ISO 14001 ou similares, desde que emitido por entidade ou organismo credenciador ou certificador reconhecido nacional ou internacionalmente) em nome do fabricante do produto ou do fornecedor das chapas.

4.1.2. Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.3. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.1.4. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.5. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões expostas a seguir:

4.3.1. Trata-se de uma aquisição, razão pela qual não se faz necessária a exigência de garantia de execução, considerando que o objeto será integralmente cumprido no momento do aceite definitivo. Ressalta-se, contudo, que tal dispensa não exime a contratada da responsabilidade por eventuais vícios ou danos, conforme previsto nos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.4. Nos termos do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, é prevista a reserva de cota de até 25% do objeto, em licitações para aquisição de bens divisíveis, para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, conforme o art. 10, inciso II, do mesmo diploma legal, tal reserva poderá ser afastada quando o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, devidamente justificado.

4.5. No presente certame, embora os itens licitados sejam de natureza divisível, o objeto será entregue em diversas localidades. A aplicação da cota reservada, nesse contexto, poderia comprometer a padronização dos bens a serem adquiridos.

4.6. Dessa forma, considerando a inviabilidade técnica e logística da divisão do objeto para fins de reserva de cota, bem como a necessidade de assegurar a uniformidade dos bens fornecidos, não será aplicada, no presente certame, a política de tratamento diferenciado prevista para microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez que a adoção de cota reservada acarretaria prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto licitado.

Margem de Preferência

4.7. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10%, prevista no Decreto nº 11.890/2024, conforme disposto na Resolução nº 01/2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **40 (quarenta) dias**, contados da confirmação de recebimento da ordem de fornecimento, em remessa única.

5.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos endereços presentes no Anexo II deste Termo - Endereços para Entrega, Telefones e e-mail.

5.2.1. Os horários de entrega devem ser previamente ajustados com cada unidade de destino por meio do telefone de contato ou e-mail indicados no Anexo II deste Termo - Endereços para Entrega, Telefones e e-mail.

5.3. A guarda, embalagens, seguros, frete e transporte dos bens, bem como eventuais danos ocorridos nessas etapas, são de responsabilidade da contratada até a efetiva entrega e recebimento provisório por parte do servidor indicado.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.4. Verificou-se que a exigência de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, constitui prática comum entre os órgãos da Administração Pública, especialmente para bens de mobiliário corporativo, em razão de seu uso contínuo e intenso, o que justifica a adoção dessa previsão no Termo de Referência, visando assegurar maior durabilidade e qualidade dos materiais fornecidos.

5.5. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será conforme estabelecido no **Anexo II do Edital - Caderno de Especificações Técnicas - para cada item**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5.1. Caso o item contido no Anexo II do Edital - Caderno de Especificações Técnicas não faça menção ao período de garantia, deve-se considerar o prazo mínimo de 12 (doze) meses.

5.6. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

- 5.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.14. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.15. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.16. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#))
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. ; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do Contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 7.2.4. Multa:
 - 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
 - 7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - 7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - 7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - 7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
 - 7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 **(trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 7.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 7.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.15. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) Chefe ou Coordenador(a) da unidade descentralizada beneficiada ou quem por ele(a) indicado(a), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. Quando se tratar de recursos oriundos da Compensação Ambiental, o pagamento será efetivado mediante crédito por ordem bancária, emitida diretamente pela Caixa Econômica Federal, em favor da CONTRATADA, até o 5º (quinto) dia útil, contando da data de recepção do Ofício, encaminhado pelo CONTRATANTE certificando o recebimento e aceite do objeto contratado, devidamente acompanhado da respectiva nota fiscal, da informação da CONTRATADA, e da autorização para realização desse, bem como atestando a condição de regularidade fiscal da CONTRATADA.
- 8.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado. 8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/11/2025.
- 8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica:

9.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28. Serão considerados bens similares aqueles que se enquadrem nas seguintes categorias: **mobiliários de escritório ou domésticos; eletrodomésticos; eletroportáteis; eletroeletrônicos; equipamentos de informática; materiais de campo; e ferramentas manuais, mecânicas ou hidráulicas.**

9.29. Para fins da comprovação de que trata o subitem 9.27 acima, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.29.4. Fornecimento de itens de mobiliários de escritório ou domésticos; eletrodomésticos; eletroportáteis; eletroeletrônicos; equipamentos de informática; materiais de campo; e ferramentas manuais, mecânicas ou hidráulicas.

- 9.29.5. fornecimento de no mínimo 10% (dez por cento) da quantidade prevista do respectivo item em que o licitante sagrou-se vencedor na disputa de lances;
- 9.29.6. ou fornecimento de no mínimo 10% (dez por cento) do somatório das quantidades previstas dos respectivos itens em que o licitante sagrou-se vencedor na disputa de lances, caso o licitante seja vencedor na disputa de lances em mais de 1 (um) item;
- 9.30. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.
- 9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.32. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.33. A referida comprovação **não será exigida** para os seguintes itens:
- 9.33.7. Grupo 7;
 - 9.33.8. Grupo 10;
 - 9.33.9. Grupo 11;
 - 9.33.10. Grupo 13;
 - 9.33.11. Grupo 14;
 - 9.33.12. Grupo 15;
 - 9.33.13. Grupo 16;
 - 9.33.14. Grupo 19;
 - 9.33.15. Grupo 20;
 - 9.33.16. Grupo 30;
 - 9.33.17. Grupo 31;
 - 9.33.18. Grupo 32;
 - 9.33.19. Item 147: Mesa para cozinha em madeira maciça com 8 cadeiras;
 - 9.33.20. Item 149: Descanso de pé;
 - 9.33.21. Item 150: Scanner; e
 - 9.33.22. Item 152: Kit de primeiros socorros.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 28.232.016,57 (vinte e oito milhões, duzentos e trinta e dois mil dezesseis reais e cinquenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10.3. Consoante Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, o quantitativo originalmente registrado poderá ser renovado.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da União, de Projetos Especiais dos quais o ICMBio seja signatário e sejam destinados a essa finalidade ou do Fundo de Compensação Ambiental, em virtude do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o ICMBio e a Caixa Econômica Federal.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I - Gestão/Unidade: 443043

II - Fonte de Recursos: a definir durante a contratação;

III - Programa de Trabalho: a definir durante a contratação;

IV - Elemento de Despesa: 44.90.52

V - Plano Interno: a definir durante a contratação.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. ANEXOS

12.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.1.1. Anexo I - Objetos e Quantidades por UC (SEI nº 022805417);

12.1.2. Anexo II - Endereços para Entrega, Telefones e e-mail (SEI nº 022336756);

12.1.3. Anexo III - Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 022805201).

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

(assinado eletronicamente)

LURY LEITÃO BERNARDINO

Analista Administrativo

(assinado eletronicamente)

RENATA YASMIN DA SILVA RODRIGUES

Analista Administrativo

Aprovo o presente Termo de Referência, considerando a importância da contratação para as atividades deste Instituto, em face das justificativas formuladas pela área técnica.

(assinado eletronicamente)

BRUNO RAFAEL MIRANDA MATOS

Gerente Regional Substituto do ICMBio Norte – GR1

[Portaria ICMBio nº 808, de 14 de março de 2023](#)



Documento assinado eletronicamente por **Renata Yasmin da Silva Rodrigues, Analista Administrativo**, em 23/01/2026, às 14:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Rafael Miranda Matos, Gerente Regional Substituto(a)**, em 23/01/2026, às 23:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lury Leitao Bernardino, Analista Administrativo**, em 26/01/2026, às 10:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **022805350** e o código CRC **35A69D93**.